

# CAMPANHA SALARIAL

# 2012



Entidades representativas do funcionalismo protocolaram a pauta de reivindicações da campanha salarial de 2012



- Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
- Contra qualquer reforma que retire direitos dos trabalhadores.
- Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.
- Exclusão de dispositivos antidemocráticos da LDO/LOA, como o artigo 78 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores.
- Retirada de PEC's, PL's, MP's e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PLP 248/98, PLP 92/07, MP 520/10 e demais).
- Supressão do artigo que trata da mudança de indenização a insalubridade / periculosidade no PL 2203/11 e supressão do artigo que trata da redução remuneratória aos médicos que têm sua carga horária regulamentada por lei no PL 2203/11.
- Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados.
- Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- Definição de data-base (1º de Maio)

JORNAL DO

# SINDSEF

SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

**129**  
JANEIRO 2012

**CSP**  
*Conlutas*  
CENTRAL SINDICAL E POPULAR

FILIADO À **CONDSEF**

Campanha salarial 2012  
(págs. 4 e 5)

Intensificar as lutas para reverter arrocho salarial dos Aposentados  
(pág. 6)

Polícia de Alckmin (PSDB) massacra moradores do Pinheirinho  
(pág. 7)







## 2012, UM ANO DE LUTA!

Os jornais já estão dando a notícia: os servidores federais planejam uma greve geral para abril.

Não tem sido fácil construir a unidade dos trabalhadores em um governo marcado por tantas contradições. Mas a base já não aguenta mais. Nós conhecemos as ameaças que pairam sobre nossas cabeças.

E ninguém quer levar de novo um passamoleque como o de 2011, quando o governo impôs um acordo pífio goela abaixo dos servidores. É agora ou nunca: não podemos pagar a conta da crise!

Após o estouro da bolha do mercado imobiliário nos Estados Unidos em 2008, os governos injetaram trilhões de dólares nos bancos para salvá-los da falência. O mercado financeiro se recuperou e segue gerando lucros para os especuladores. Mas o setor produtivo continua estagnado. Os salários caem enquanto o desemprego aumenta. Muitos países não conseguem sequer rolar suas dívidas.

O fantasma de uma quebradeira generalizada ronda a Europa. E o que a burguesia faz para resolver o problema? Ataca os trabalhadores.

Direitos sociais conquistados após árduas lutas da classe trabalhadora europeia estão sob ameaça. O FMI impõe planos de ajuste aos países em crise que reduzem salários, aposentadorias, pensões e geram demissões, inclusive no serviço público.

Temos alertado nossa categoria sobre a possibilidade de sofrermos o mesmo tipo de ataque. Para muitos, essa realidade europeia e norte-americana parece distante. Será mesmo?

### Reflexão

Em um momento em que a economia brasileira ainda cresce, sofremos ataques como o corte de R\$ 50 bilhões no orçamento. Faltou dinheiro para saúde, educação e reforma agrária. O salário mínimo foi reajustado abaixo de inflação. E tudo isso para que sobrasse dinheiro para os banqueiros. Quase a metade do orçamento vai para o pagamento de juros da dívida pública. O que esperar agora, quando a previsão de crescimento do PIB do Brasil começa a ser revista para baixo?

Mas crise tem sido também um choque de realidade. A classe trabalhadora já não alimenta ilusões em relação ao “estado de bem estar social”, que só foi possível durante um certo período de crescimento econômico na Europa do pós-guerra. O momento, agora, é de resistência.

Os trabalhadores e a juventude organizam greves gerais na Grécia, manifestações na Inglaterra, o movimento dos Indignados na Espanha e o Ocupe Wall Street nos EUA. No norte da África, ditadores foram derrubados pela luta dos trabalhadores.

Aqui no Brasil, precisamos nos preparar e ir à luta. Não só contra o arrocho salarial que Dilma quer nos impor, mas contra os ataques que o governo já está ensaiando, como o congelamento salarial até 2019, a demissão por insuficiência de desempenho e a privatização da previdência complementar.

As entidades representativas do funcionalismo público já estão discutindo a campanha salarial unificada, a ser lançada agora em fevereiro. É hora de mostrar ao governo nossa força!



### PRESTAÇÃO DE CONTAS - DEZEMBRO 2011

<b>SALDO INICIAL</b>	R\$ 18.979,72
<b>TOTAL DAS RECEITAS</b> Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.	R\$ 454.082,16
<b>DESPESAS</b>	
<b>ADMINISTRATIVO</b> Aluguel da sede e núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.	R\$ 117.936,60
<b>FUNCIONÁRIOS</b> FGTS, salários, seguro saúde, INSS, V.R., V.T etc.	R\$ 93.535,87
<b>SINDICAL</b> Hospedagens, locação de veículos, viagens, reunião de diretoria, cursos/palestras, doações etc.	R\$ 30.695,75
<b>CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS</b> Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.	R\$ 47.069,51
<b>IMPRENSA</b> Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de S. Paulo.	R\$ 15.977,58
<b>CORREIOS</b> Envio de jornal, impresso especial etc.	R\$ 5.883,20
<b>CONTRIBUIÇÃO SINDICAL</b> CONDSEF CSP-Conlutas etc.	R\$ 37.855,08
<b>VEICULO</b> Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.	R\$ 1.391,51
<b>TELEFONES</b> Celulares e Telefonica	R\$ 4.149,86
<b>TOTAL DAS DESPESAS</b>	R\$ 354.494,96
<b>RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS</b>	R\$ 99.587,20
<b>SALDO FINAL</b>	R\$ 118.566,89

**Fiscalize as contas do seu sindicato!  
Esse dinheiro também é seu.**

### Expediente:

**JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo**

Rua Capitão Cavalcanti, 102 - Vila Mariana - São Paulo - SP - CEP: 04017-000 - Tel.: (11) 5085-1157 - Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> - e-mail: [imprensa@sindsef-sp.org.br](mailto:imprensa@sindsef-sp.org.br)

Jornalista responsável: Fábria Corrêa (MTB 31270/RJ) - Estagiário: Felipe Nascimento - Colaborou para esta edição: Eliana Maciel

Tiragem: 7.000 Exemplares - Projeto Gráfico e Diagramação: Fábio Fernando - Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda. - São Paulo / SP



## A 6ª economia do mundo e suas **contradições**

O governo federal festejou o fato de o Brasil ser apontado como a 6ª economia do mundo. Porém, o principal fator que levou o país a este posto foi a crise capitalista de 2008, que derubou os países centrais.

Do ponto de vista dos trabalhadores, esta classificação não representa melhoria nas suas condições de vida. Na verdade, a economia brasileira vem se mantendo devido às relações de exportação de matéria-prima mineral e agrícola, principalmente com a China, mas também devido aos baixos salários pagos para os trabalhadores, cujo nível de renda é bem menor que nos países centrais.

O modelo econômico atual se sustenta nas más

condições de vida do povo brasileiro, no desrespeito a direitos sociais básicos, na desigualdade social e na acentuada concentração de renda.

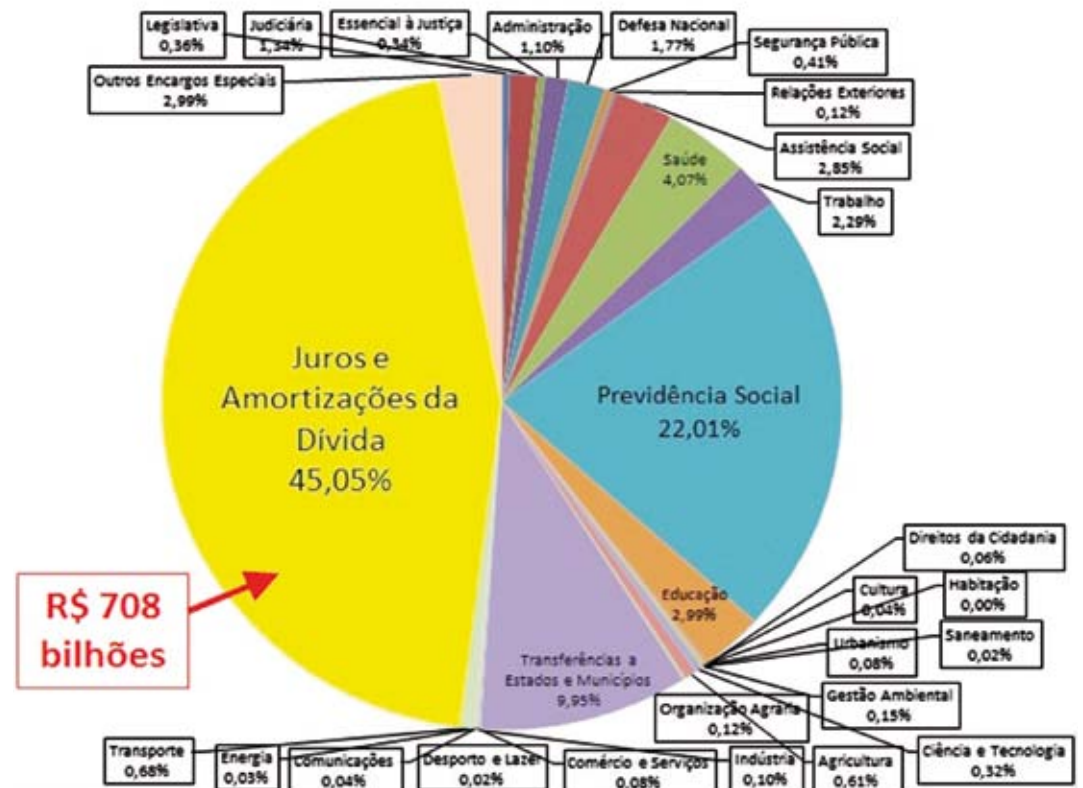
O Orçamento Geral da União de 2011 destinou, até o dia 31 de dezembro, R\$ 708 bilhões para o pagamento de juros e amortizações da dívida pública federal. Este valor significou 45% dos recursos do orçamento. Enquanto isso, apenas 3% foram destinados à Educação, 4% para a Saúde e 0,12% para a Reforma Agrária.

O atual modelo econômico brasileiro aplica todas as medidas recomendadas pelo FMI na Europa: demissões em massa, redução sem precedentes de direitos e gastos sociais, congela-

Charge: Fábio Fernando



### Orçamento Geral da União de 2011, por Função Executada até 31/12/2011 - Total: R\$ 1,571 Trilhão



Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

mento salarial, ataques aos aposentados, privatizações, sucateamento da saúde, educação, moradia. Tudo isto para garantir o pagamento de uma dívida repleta de ilegalidades.

Estão em marcha no Brasil cortes no orçamento federal, tais como o congelamento de salários de servidores públicos, proposto pelo Projeto de Lei Complementar 549/2009, e já implementado na prática pela recusa do governo em negociar com várias cate-

gorias; a privatização da previdência dos servidores (Projeto de Lei 1992/2007); a restrição de recursos para investimentos em áreas essenciais como saúde, educação, moradia, assistência, saneamento etc.

Para agravar a situação, existe, ainda, a intenção anunciada de que o Brasil destine recursos para ajudar a União Européia a combater a crise. Isto significa sacrificar ainda mais os trabalhadores brasileiros, sem que isto se converta em

ajuda para os trabalhadores destes países. Quem se beneficiará como sempre, serão as organizações financeiras, que continuarão assegurando altos níveis de lucratividade.

Tal medida não combate a crise, mas a aprofunda, visto que os pacotes de ajuda impõem recessões, desemprego e redução de gastos sociais. Para os trabalhadores não existe alternativa senão organizar a resistência e combater os ataques em curso!





# Campanha salarial 2012 – servidores apostam na força da **unidade**

Em defesa do serviço público, contra a retirada de direitos

Foi dada a largada para a Campanha Salarial 2012. Indignados, os servidores preparam uma reação para enfrentar a política salarial de reajuste zero para o funcionalismo. Já no começo de janeiro, diversas entidades dos Servidores Públicos Federais (SPFs) aprovaram iniciativas importantes para pressionar o governo. Entre elas, protocolar a pauta de reivindicações junto aos Três Poderes, no dia 24/01. Também, debateram a necessidade de construir uma jornada de mobilizações de 12 à 16 de março, culminando com uma marcha em Brasília. Ainda apontaram para

uma greve, se não houver avanços nas negociações até o fim de março. Em 2011, o funcionalismo mostrou que não iria assistir de braços cruzados aos ataques do governo. Foram quatro marchas em Brasília, aglutinando organizações do movimento sindical, popular e estudantil. Além disso, houve greves na base da Fasubra (Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Universidades Públicas Brasileiras), Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) e Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União).

## Unidade

Sem dúvidas a unidade da categoria é o caminho para transpor as dificuldades colocadas pelo governo. Para Luiz Sérgio, diretor do Sindscope/RJ (Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II), ligado ao Sinasefe, a tática da fragmentação, utilizada pelo governo em 2011, enfraqueceu o processo de mobilização. “Se houvesse unidade a greve teria um poder de pressão maior, o que poderia resultar em uma proposta melhor para os setores envolvidos”, avaliou.

Segundo Luiz, “existe uma pauta específica, mas que está inserida em uma pauta maior, que é o reajuste salarial e a luta contra os ataques que estão ocorrendo em relação ao serviço público federal, tais como o PL 1992, o PL 549”.

## Avaliação

Para Antonio Donizetti, o Doni, Coordenador de Políticas Sociais e de Gênero da Fasubra, uma inquietação toma conta dos servidores em vários setores. Segundo ele, a intransigência do governo, que se negou a apresentar qualquer proposta durante a greve deflagrada em 2011, ainda não foi esquecida. “Provavelmente a categoria deve aderir à greve que está sendo construída pelo conjunto dos servidores públicos”, declarou Doni.

“O Governo fala que está aberto às negociações, o que é uma mentira”, continua. “Por exemplo, nem a Condesf, que participou das mesas setoriais até o fim, conseguiu um reajuste que

atendesse aos interesses da sua base. É esperado que este ano a greve venha forte”, afirmou o diretor da Fasubra.

## Desafios

O Sindsef-SP reuniu várias entidades do funcionalismo no estado para discutir a campanha salarial. O encontro, realizado no dia 18/01, funcionou como um termômetro. O objetivo é transformar as insatisfações, em disposição para luta.

Os participantes decidiram protocolar a pauta da campanha, junto ao Escritório da Presidência da República em São Paulo, na Av. Paulista, no mesmo dia da atividade em Brasília, 24/01.

Certamente a categoria inicia a campanha salarial 2012 mais fortalecida e

com poucas ilusões no governo. Não vai ser fácil manter as mesas de enrolação, instaladas em 2011, usadas para conter os ânimos dos servidores.

Segundo Paulo Barela, membro da executiva da CSP-CONLUTAS e servidor do IBGE, a central está envolvida neste processo de unidade com todos os setores do funcionalismo público. “Estamos com os trabalhadores e não vamos aceitar que desmontem o serviço público sem reação, por isso as entidades estão unificadas”, declarou.

Os trabalhadores sabem que sem mobilização não será possível conquistar avanços. Agora é necessário o empenho na luta para garantir o atendimento das reivindicações.

Foto: Fábria Corêa

## Reivindicações da Campanha Salarial 2012

- ✓ Política Salarial permanente, com reposição inflacionária, valorização do salário base e incorporação das gratificações.
- ✓ Exclusão de dispositivos antidemocráticos da LDO/LOA, como o artigo 78 da LDO/2011, que visam obstruir a negociação com os servidores.
- ✓ Retirada de PEC's, PL's, MP's e Decretos contrários aos interesses dos servidores públicos (PLP 549/09, PLP 248/98, PLP 92/07, MP 520/10 e demais).
- ✓ Supressão do artigo que trata da mudança de indenização a insalubridade/periculosidade no PL 2203/11 e supressão do artigo que trata da redução remuneratória aos médicos que têm sua carga horária regulamentada por lei no PL 2203/11.
- ✓ Cumprimento por parte do governo dos acordos e protocolos de intenções firmados.
- ✓ Paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.
- ✓ Definição de data-base (1º de Maio).
- ✓ Implementação de negociação coletiva no setor público e direito de greve irrestrito.

## Marcha do funcionalismo realizada em abril de 2011, em Brasília



## Entenda os Projetos de Lei do Governo

### PLP 549/2009 (PLS 611/2007, no Senado)

O projeto propõe congelar os salários e busca limitar o aumento com encargos da União por dez anos. De autoria do senador Romero Jucá, já foi rejeitado em duas comissões e aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça, para seguir ao Plenário.

### PL 1.992/2007

O projeto fixa limite para a aposentadoria e prevê a criação de um fundo privado para administrar a contribuição dos servidores que pretendem se aposentar com salários acima do teto do INSS.

Na prática o contribuinte sabe o quanto paga, mas não sabe o quanto vai receber ao se aposentar.

### PLP 92/2007

Este projeto busca criar fundações que deixaria nas mãos da iniciativa privada a administração de áreas essenciais como saúde, cultura, ciência e tecnologia, meio ambiente, comunicação social e outros.

### PLP 248/1998

A proposta busca aprovar a demissão por insuficiência de desempenho com regras que podem tornar servidores vulneráveis à más chefias e fragilizar a atuação do funcionário de carreira na defesa por um serviço público eficiente e de qualidade.

### PLP 555/2010

Este projeto, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial ao servidor público titular de cargo efetivo, cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou integridade física.

### PEC 270/2008

A proposta garante paridade aos servidores aposentados por invalidez permanente. Antes de seguir para o Senado, a PEC, de autoria da deputada Andreia Zito, ainda será votada em um segundo turno.

### PEC 555/2006

O projeto prevê o fim da contribuição de inativos. Reconhecidamente um erro cometido contra milhares de aposentados e pensionistas.





# Intensificar as lutas para reverter arrocho salarial dos Aposentados

Dilma negou reajuste real nas aposentadorias e pensões superiores ao salário mínimo

No mês em que é celebrado o Dia Nacional dos Aposentados (24/01), a categoria pouco tem a comemorar. Pelo segundo ano, Dilma não concedeu aumento real nas aposentadorias e pensões superiores ao salário mínimo. O reajuste do salário mínimo foi de 14,26%, de R\$ 545,00 para R\$ 622,73.

De acordo com Paulo Barela, membro da Secretaria Executiva Nacional

da CSP-Conlutas, estudos de economistas ligados ao movimento sindical mostram que se Dilma mantiver esta política, em 10 anos não haverá aposentado ganhando mais que um salário mínimo.

## Presente de grego

Somente em 2012, cerca de 1 milhão de aposentados passam a ganhar 1 salário mínimo, mesmo tendo

contribuído com mais salários antes de solicitar a aposentadoria.

Enquanto isso, o Orçamento aprovado para 2012, pelo Congresso Nacional, prevê a destinação de 47,19% (R\$ 1,014 trilhão) para pagar juros e dívida pública. Isto mostra a prioridade do governo, que busca minimizar os efeitos da crise econômica mundial atacando os trabalhadores, mesmo remédio utilizado nos países da Europa.

## Encontro Nacional

Aposentados e pensionistas de 19 estados elegeram bandeiras de luta para este ano, durante o encontro nacional da categoria, organizado pela Condsef no final de 2011. O diretor Luis Uchoa, servidor aposentado do ICMBio (Instituto Chico Mendes), representou o Sindsef-SP na atividade.

Entre as deliberações estão: defesa da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas; busca de apoio parlamen-

tar para aprovação de projetos como a PEC 270 e a PEC 555; aumento da pressão contra aprovação do PL 1992/07 que prevê instituição de uma previdência complementar no setor público e outros. Leia o relatório completo no site ([www.sindsef-sp.org.br](http://www.sindsef-sp.org.br))

## Encontro Estadual

O Sindsef-SP realizará o VI Encontro Estadual dos Aposentados e Pensionistas no dia 29 de fevereiro, na Associação Tochigi-Ken (Rua Capitão Cavalcanti, nº 56, Vila Mariana), das 9h às 18h. A programação prevê Palestra sobre a Previdência e Debate sobre Avanços Legais e Lutas dos Aposentados.

**PEC 270/08** Prevê integralidade para aposentadorias por invalidez.

**PEC 555/06** Propõe a retirada da obrigatoriedade do recolhimento da Previdência para os aposentados.

**PL 1992/07** Prevê instituição de uma previdência complementar no setor público.

Foto: FÁBIA CORRÊA



V Encontro de Aposentados e Pensionistas do Sindsef-SP realizado em 2010

## A morte de Duvanier Paiva

Secretário de Recursos Humanos do MPOG, Duvanier Paiva, morreu depois de ter o atendimento médico negado. Talvez o óbito pudesse ter sido evitado se os hospitais Santa Luzia ou Santa Lúcia tivessem aceitado a GEAP, plano de saúde do secretário e de grande parte dos servidores públicos federais. Mas a GEAP não era conveniada àqueles estabeleci-

mentos, que segundo dizem são os melhores da região. Quando chegou ao terceiro hospital, não resistiu e faleceu antes de ser atendido.

Duvanier foi representante do governo nas negociações com os servidores públicos desde a era Lula. Dentre as negociações que intermediou, está aquela em que, a mando do governo, negou o aumento do valor do repasse para assistência à saúde.

Esta não foi a primeira vez que uma pessoa morreu por falta de atendimento, mas o caso ganhou repercussão porque atingiu um membro do governo. Infelizmente, todos os dias, os servidores estão à mercê desta mesma situação.

As condições oferecidas pela GEAP vêm piorando a cada dia. São constantes os descuidos de profissionais e hospitais,

além da precarização do atendimento.

A saúde não pode seguir sendo tratada como mercadoria! As pessoas não podem continuar morrendo, porque não tem plano de saúde ou não tem dinheiro para pagar pelo atendimento. O Sindsef-SP defende mais investimentos em saúde pública, de qualidade e gratuita para todos!



# Polícia de Alckmin (PSDB) massacra o Pinheirinho

Fotos: Arquivo

Nove mil moradores do bairro de Pinheirinho, em São José dos Campos, são retirados violentamente pela PM de Alckmin de terreno reivindicado pelo megaspeculador Naji Nahas

O bairro do Pinheirinho, em São José dos Campos, virou um símbolo nacional de resistência do povo humilde.

No domingo, 22 de janeiro, às 5h30 da manhã, mais de dois mil policiais militares vindos de 32 municípios vizinhos, com apoio de helicópteros invadiram o Pinheirinho atirando com balas de revólver e de borracha, soltando bombas de gás lacrimogêneo.

Os nove mil moradores foram pegos de surpresa quando estavam dormindo. Eram jovens, crianças, bebês, deficientes, idosos, homens e mulheres que corriam para se defender.

Houve várias pessoas feridas, espancadas, algumas desaparecidas, inclusive com suspeita de mortes, como divulgou a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) de São José dos Campos.

*Exigimos apuração imediata.*

## Uma história de oito anos

A ocupação do Pinheirinho já existe há oito anos. Foram construídas casas, ruas, praças, plantações, igrejas, sem nenhum apoio do poder público, apesar da condição muito humilde dos moradores.

São muitos trabalhadores que não tinham condições de pagar a moradia, devido aos baixos salários.

## Nove mil moradores contra um especulador

O terreno é reivindicado pelo megaspeculador Naji Nahas, que ficou famoso por ter sido preso por corrupção, lavagem de dinheiro, aplicar fraudes milionárias e, além disso, nunca pagar imposto deste terreno para a prefeitura (a dívida passa de R\$ 15 milhões). Mesmo assim, o prefeito de São José



Desalojados são instalados em igreja da região

dos Campos, Eduardo Cury (PSDB), a juíza Márcia Loureiro e o governador Geraldo Alckmin (PSDB) planejaram e deram a ordem para a operação militar.

## Desocupação ilegal

Havia no sábado, 21 de janeiro, um dia antes da desocupação, uma determinação da Justiça Federal impedindo a retirada dos moradores.

O comandante da PM e o governador passaram por cima da ordem federal e seguiram a operação até o fim.

*A lei não vale para eles...*

## Existe uma solução

Frente a esta situação não bastam as declarações indignadas e críticas feitas por alguns ministros de Dilma (PT)

em relação à desocupação. É preciso que seu governo tome de imediato uma atitude em defesa dos moradores.

A presidente Dilma pode desapropriar o terreno como prioridade social. A moradia é um direito constitucional do cidadão e provê-la é um dever do Estado.

## Tragédia social

Os moradores do Pinheirinho estão desabrigados. Falta água, comida, fraldas, leite, roupas, e colchões. Ajude os moradores do Pinheirinho. Contribuições podem ser feitas por meio de depósitos no: **Banco do Brasil, Agência 4.223-4, Conta-Corrente 8.908-7 (Central Sindical e Popular).**

**ASSINAM:** CSP Conlutas - CTB - Intersindical - Unidos Pró Lutar - Fenametro - Sindicato dos Metroviários de São Paulo - Sindicato dos Químicos Unificado (Osasco e região) - Sintusp - Sinsprev-SP - Sindsef-SP - Sintrajud - Fenajufe - Fenasps - Anel - PSTU - PSOL

# Servidores intoxicados da Funasa sofrem com o descaso do governo

Os servidores da Funasa e Ministério da Saúde (MS), que desenvolveram problemas de saúde pela exposição a inseticidas altamente tóxicos, vivem uma situação dramática. Além de ter a saúde debilitada, sofrem com o descaso do governo que sequer re-

conhece os casos como doença de trabalho.

A negligência do poder público tem resultado em inúmeras mortes. O problema se arrasta a mais de 20 anos, servidores e familiares precisam de ações urgentes para minimizar os efeitos maléficos da intoxicação.

Em reunião realizada no final de 2011, com participação de parlamentares, Funasa, MS e Condsef, definiu-se que o MS deveria instalar um grupo de trabalho (GT) para tratar o tema. O GT teria até 90 dias para buscar soluções e propor projetos baseados em propostas apresen-

tadas pela Condsef. No entanto, os responsáveis continuam ignorando o problema.

Em fevereiro o Sindsef-SP irá realizar um seminário dos servidores da Funasa. O objetivo é organizar os trabalhadores para os enfrentamentos que estão colocados.





## CSP-Conlutas, uma alternativa para os trabalhadores!

O Sindsef-SP realizou entrevista com o José Maria de Almeida, membro da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas - Central Sindical e Popular, à qual o sindicato é filiado. Confirmam abaixo:

Foto: ESTADÃO

**Sindsef:** A Revista Exame afirmou em sua edição de dezembro que a CSP-Conlutas fez barulho e se tornou onipresente nos protestos em todo o país. Como você avalia a atuação da central em 2011?

**Zé Maria:** A CSP-Conlutas foi construída – e vem se fortalecendo em todo este período – justamente para ser uma ferramenta a serviço das lutas dos trabalhadores, para defender seus direitos e interesses e para avançar em novas conquistas. Então, nada mais natural que esta central esteja sim, presente em todas as mobilizações dos trabalhadores, firme e forte na defesa de suas reivindicações.

E o ano de 2011 foi marcado por muitas lutas. Foram as greves dos metalúrgicos em vários estados, a greve dos trabalhadores dos correios, as greves

heróicas dos trabalhadores da construção civil, as lutas dos servidores públicos, dos estudantes, as mobilizações do movimento popular, como estamos vendo agora, no caso do Pinheirinho. Em todas elas estava lá a CSP-Conlutas.

E vamos estar cada vez mais presentes, pois nossa central vem se fortalecendo e ganhando apoio e respeito de uma parcela cada vez maior dos sindicatos e movimentos populares do país.

**Sindsef:** Recentemente a imprensa divulgou que o Governo Federal convocou a CUT para enfrentar a CSP-Conlutas em São José dos Campos, na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos.

A ordem veio do primeiro escalão do governo da presidente Dilma Rousseff. Porque a central incomoda tanto o governo?

Foto: CSP-Conlutas



Jornada de lutas, em Belo Horizonte



CSP-Conlutas, presente na luta de resistência do Pinheirinho, assentamento popular em São José dos Campos

**Zé Maria:** Nós só nos lançamos à tarefa de construir a CSP-Conlutas porque as outras centrais, a CUT em particular, abandonaram a defesa dos trabalhadores para defender o governo e se aliar a empresários.

Para o governo da Dilma, e mesmo os governos estaduais, é muito melhor ter uma central dócil, que não resista às políticas que eles aplicam. Assim a vida destes governos ficaria bem mais fácil. A CSP-Conlutas é o contraponto a toda esta promiscuidade que é a relação de centrais como a CUT e Força Sindical com o governo. Somos independentes do governo, temos autonomia em relação aos partidos políticos, nosso compromisso é com os trabalhadores.

Isso incomoda o governo. Mas a resposta de São José dos Campos, ao governo Dilma, vai ser dada pelos trabalhadores metalúrgicos da região. Vamos ver o resultado das eleições em poucas semanas.

**Sindsef:** No final de abril, a CSP-Conlutas realiza seu 1º Congresso. Quais serão os principais desafios para a central este ano?

**Zé Maria:** Trata-se de um momento muito importante para a nossa central. O Congresso é um momento de reflexões e debates que servirão para melhor nos preparar para a continuidade e fortalecimento das nossas lutas. E também para fortalecer nossa organização, estruturar melhor a nossa central. Além de dar conta de ajudar a desenvolver e unificar as lutas que se avizinham – seja a luta dos servidores federais, dos aposentados, dos trabalhadores em educação, sejam as grandes campanhas salariais de metalúrgicos, bancários, correios e petroleiros do segundo semestre – é preciso seguir fortalecendo a nossa central. O Congresso deve ser também o momento de integração de vários setores que estarão junto conosco fortalecendo este projeto!